

A nova agenda marítima comunitária para o crescimento e o emprego

The new maritime community agenda for growth and jobs

Sandra Pereira

Doutorada em Estudos Europeus (dominante económica) pelo Instituto de Estudos Políticos - IEP da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora na Linha de Investigação em Assuntos Marítimos Maria Scientia do IEP-UCP.

|smjpereira@hotmail.com

Resumo

A nova *Agenda Marítima comunitária para o Crescimento e o Emprego*, apresentada pela *Declaração de Limassol*, é o objeto de estudo deste artigo que começa por abordar os seus pressupostos. Seguidamente, destaca as potencialidades da «Economia Azul», os progressos realizados no domínio da *Política Marítima Integrada da União Europeia* (UE) e o «Crescimento Azul» enquanto estratégia de longo prazo que orientará uma segunda fase dessa política. A relevância da «Economia Azul» para a Europa está patente nos números atingidos: um valor acrescentado bruto anual estimado em cerca de 500 mil milhões de euros (prevê-se que aumente para 600 mil milhões de euros em 2020); no mesmo período, o número de pessoas empregadas abrangidas deverá aumentar de 5,4 milhões para 7 milhões. O «Crescimento Azul» representa, assim, o contributo da *Política Marítima Integrada Europeia* (PMIE) para a consecução dos objetivos da *Estratégia Europa 2020*, em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Agenda Marítima; Crescimento; Emprego; Declaração de Limassol; Economia Azul; Política Marítima Integrada; Crescimento Azul; Estratégia Europa 2020

Abstract

The new Maritime Community Agenda for Growth and Jobs, introduced by the Limassol Declaration, is the object of this article which begins by addressing its assumptions. Then, this article highlights the potential of the «Blue Economy», the progresses in the Integrated Maritime Policy of the European Union (EU) and the «Blue Growth» as a long-term strategy that will guide the second phase of this policy. The relevance of the «Blue Economy» for Europe is reflected in the numbers affected: an annual gross value added estimated at about 500 billion euros (expected to increase to 600 billion euros in 2020), in the same period, the number of employees covered is expected to increase from 5,4 million to 7 million. The «Blue Growth» thus represents the contribution of the European integrated maritime policy for the achievement of the objectives of the Europe 2020 strategy on smart, sustainable and inclusive growth.

Key words: Maritime Agenda; Growth; Employment/Jobs; Limassol Declaration; Blue Economy; Integrated Maritime Policy; Blue Growth; Europe 2020 Strategy.

“The adoption of a Maritime Agenda for Growth and Jobs could not come at a better time.”

José Manuel Durão Barroso,
Presidente da Comissão Europeia.
Informal Ministerial meeting
on EU Integrated Maritime Policy
Limassol, 08.10.2012

I. Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo a adoção da nova *Agenda Marítima comunitária para o Crescimento e o Emprego*, em linha com os objetivos traçados pela *Estratégia Europa 2020* com vista a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Para além dos pressupostos desta nova agenda apresentada em outubro de 2012, pela *Declaração de Limassol*, outros tópicos da atualidade comunitária neste domínio são abordados neste artigo tais como: as potencialidades da «Economia Azul» na Europa em termos de valor acrescentado bruto anual e emprego, os progressos realizados no domínio da política marítima integrada da União Europeia e o «*Crescimento Azul*», enquanto estratégia a longo prazo que orientará uma segunda fase dessa política, para apoiar o crescimento no conjunto deste setor.

II. Os pressupostos da nova Agenda Marítima Comunitária para o Crescimento e o Emprego – a Declaração de Limassol

Mais de 70% da superfície da Terra é coberta por água em que o Mar é uma parte integrante da identidade europeia em que 22 dos 27 Estados-Membros têm costa marítima e dois terços das fronteiras europeias são, precisamente, estabelecidas pelo Mar [1].

Os oceanos, os mares e as costas constituem um inegável potencial de desenvolvimento tanto económico como em matéria de inovação, podendo e devendo fazer parte integrante das soluções para os desafios com que se deparam a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros [2], para além de ocuparem o seu devido lugar no seio da *Estratégia* de desenvolvimento *Europa 2020*, correspondente a um plano de dez anos da UE em prol de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no sentido de atingir níveis elevados de emprego, produtividade e coesão social, compreendendo sete «*iniciativas emblemáticas*»: inovação, economia digital, emprego, política industrial, pobreza e eficiência na utilização dos recursos e cuja concretização é assegurada pelo intuito da UE atingir cinco objetivos até 2020 nos seguintes domínios: emprego, educação, investigação e inovação, inclusão social e redução da pobreza e alterações climáticas e energia [a].

Neste sentido, a UE precisava de uma agenda marítima para o crescimento e o emprego porque tem necessidade de aproveitar todas as oportunidades que conduzam ao crescimento sustentável e à criação de empregos, com o propósito de superar a atual crise financeira e económica, não devendo descurar o leque de oportunidades que o mar proporciona, pelo que tem ao seu dispor instrumentos suscetíveis de conferir valor acrescentado aos feitos dos Estados-Membros e desta indústria.

Por isso, Eduardo Lopes Rodrigues classifica o “*Poder Marítimo e a sua gestão eficiente*” como “*uma categoria de soft power, com funcionalidades tangíveis e iniludíveis*” [3, p. 1] em diversos domínios estratégicos perante um cenário de crise financeira, económica e social, respondendo, desta forma, positivamente, à questão que coloca “*Has the Maritime Power any chance to be a positive factor in the promotion of the reverse of this situation*” [4, p. 35].

Em 8 de outubro de 2012, foi adotada, na Conferência Interministerial de Chipre sobre a política marítima integrada, organizada, em Limassol (Chipre), pela Presidência Cipriota do Conselho da UE, uma nova agenda europeia para o crescimento e a criação de empregos nos setores marinho e marítimo. Nesta conferência marcaram presença os Ministros Europeus dos Assuntos Marítimos e a Comissão Europeia, representada pelo Presidente José Manuel Durão Barroso e pela Comissária para os Assuntos Marítimos e Pescas, Maria Damanaki.

Esta agenda foi apresentada pela *Declaração de Limassol* [5] com vista à adoção de um quadro dinâmico e coordenado dos assuntos marítimos rumo ao desenvolvimento da «Economia Azul» da UE, centrando-se em setores marítimos promissores com elevado potencial de criação de novos empregos e crescimento, a saber: turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, energias oceânicas/energia azul, mineração marinha/recursos minerais marinhos, aquicultura [6] e biotecnologia azul.

A seleção destes cinco setores marítimos-alvo prendeu-se com o panorama geral da dimensão económica dos setores marinho e marítimo na Europa que foi traçado pela Comissão Europeia, bem como do emprego nestes setores, tendo estado também em análise, uma perspetiva realista, o rumo a imprimir aos mesmos nos próximos anos e a identificação dos domínios com maior potencial de inovação e criação de empregos.

As conclusões da Comissão Europeia poderão ser resumidas no Quadro 1, seguidamente apresentado:

Quadro 1- Perspetiva evolutiva dos cinco setores marítimos-alvo

Setores marítimos-alvo	Perspetiva evolutiva
Turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros	-O turismo costeiro e marítimo constitui o principal setor marítimo em termos de valor acrescentado bruto e de emprego, prevendo-se um crescimento na ordem dos 2 a 3% até 2020; -O turismo de cruzeiros deverá criar 100 mil novos empregos entre 2010 e 2020.
Energias oceânicas / Energia azul	Prevê-se que: -a capacidade instalada a nível mundial duplique anualmente no futuro próximo; -o incremento da comercialização das tecnologias de aproveitamento da energia das ondas e das marés devido à redução dos custos associados.
Mineração marinha / Recursos minerais marinhos	O volume de negócios anual global deverá crescer: - de praticamente zero para 5 mil milhões de euros nos próximos 10 anos; - para 10 mil milhões de euros em 2030.
Aquicultura	Poderá contribuir para um regime alimentar saudável, se for possível igualar a taxa de crescimento fora da UE.
Biotecnologia azul	No prazo aproximado de 10 anos, este setor deverá tornar-se um fornecedor de produtos para os mercados de massa, por exemplo: cosméticos, biocombustíveis, produtos alimentares, farmacêuticos e químicos.

Fonte: Adaptado de COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa “Adotada nova agenda marítima para o crescimento e o emprego”, Bruxelas, 8 de outubro de 2012, p. 2.

A Declaração de Limassol – considerada como uma importante ferramenta, no sentido do cumprimento dos objetivos da *Estratégia Europa 2020* – propõe, assim, uma agenda

marinha e marítima. No seu seguimento, a Comissão Europeia lançará várias iniciativas destinadas a explorar e desenvolver as potencialidades de crescimento nos domínios, anteriormente, aludidos. Todas estas iniciativas incluirão consultas aos Estados-Membros e aos principais interessados. A primeira dessas comunicações deverá ser publicada em 2013 e versará sobre o *turismo marítimo e costeiro* em que 2013 será consagrado como o *Ano Europeu do Turismo*. As comunicações atinentes à *energia marítima* e à *aquicultura* deverão, ser igualmente, publicadas, no decurso do ano 2013, enquanto sobre a área da biotecnologia marítima 2014 é a previsão apontada.

A Europa tem uma inigualável tradição marítima e neste «*mar de oportunidades*» urge incrementar o empreendedorismo, a inovação e criatividade, o dinamismo e “*promover a criação de novos clusters, prosseguindo a investigação científica, sistematizando a inventariação de recursos e conjugando-os inteligentemente com as formas e agentes que os explorem*” [7, p. 31]. Daí que a agenda marítima seja uma carta de trunfo e o seu sucesso um passo crítico em direção à recuperação económica para a prosperidade não só da Europa marítima mas sim da Europa como um todo [8].

II. As potencialidades da «Economia Azul» na Europa

Cinco anos após o lançamento da política marítima integrada europeia, os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia reafirmaram na Conferência de Limassol, em outubro de 2012, que uma abordagem dinâmica e coordenada dos assuntos marítimos reforça o desenvolvimento da «*Economia Azul*» da UE, assegurando,

simultaneamente, a saúde dos mares e oceanos.

A relevância da «*Economia Azul*» para a Europa está patente nos números atingidos: um valor acrescentado bruto anual estimado em cerca de 500 mil milhões de euros (prevê-se que aumente para 600 mil milhões de euros em 2020); no mesmo período, o número de pessoas empregadas abrangidas deverá aumentar de 5,4 milhões para 7 milhões. Adicionalmente, 75% do comércio externo da Europa e 37% do comércio intraeuropeu é efetuado por via marítima. “*Os oceanos, mares e costas da Europa são, e continuarão a ser, a artéria vital da economia europeia.*” [9, p. 2].

A Comissária Europeia, Maria Damanaki, declarou: “*Todas as componentes da economia europeia são essenciais para ultrapassar o período difícil que atravessamos. A «economia azul» proporciona oportunidades de crescimento económico sustentável tanto nos setores marinho e marítimo já estabelecidos como nos emergentes.*” [10, p. 2].

Para isso, os Estados-Membros e as instituições comunitárias foram convidados a criar as condições adequadas para explorar as potencialidades da «*Economia Azul*»: apoio à investigação e ao conhecimento do meio marinho, formação no domínio marítimo, cooperação eficiente ao nível dos custos na área da vigilância marítima, melhor ordenamento do espaço marítimo e prosseguimento da aplicação da Diretiva-Quadro «*Estratégia Marinha*» [11], datada de 17 de junho de 2008, que fixava princípios comuns a partir dos quais cada Estado-Membro deveria elaborar as suas próprias estratégias em colaboração com os restantes e os países terceiros com vista a alcançar um bom estado ecológico nas águas marinhas de que é responsável para assegurar a proteção e a reconstituição dos ecossistemas marinhos europeus, bem como assegurar a viabilidade

ecológica das atividades económicas ligadas ao meio marinho [b].

De acordo com afirmação da Comissária Maria Damanaki “A capacidade de colaborar com vista à obtenção dos melhores resultados é um sinal de maturidade; a política marítima constitui o veículo ideal para estimular a economia azul na Europa” [9, p. 1]. A declaração do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, veio reforçar este propósito: “Os mares e oceanos podem desempenhar um papel decisivo na recuperação da economia europeia. A declaração de hoje contém uma mensagem clara: temos de aproveitar as potencialidades da economia azul na Europa” [9, p. 1].

A Figura 1 mostra a cadeia de valor da «Economia Azul» em termos de valor acrescentado bruto e emprego, podendo

apresentar-se de forma diferente por volta do ano 2020, já que precisa de ser sustentável e respeitadora das potenciais preocupações ambientais resultantes da natureza frágil do contexto marítimo. São necessários esforços para reduzir os impactos ambientais negativos das atividades marítimas como sejam a emissão de poluentes e a descarga de substâncias nocivas.

Os setores da «Economia Azul» são interdependentes, assentando em competências comuns, partilhando infra-estruturas como os portos e as redes de distribuição de energia elétrica e com recurso ao mar de forma sustentável [12]. A energia renovável a partir do mar pode contribuir para atingir as metas de redução em 20% das emissões de gases do efeito de estufa e aumentar em 20% a produção europeia de

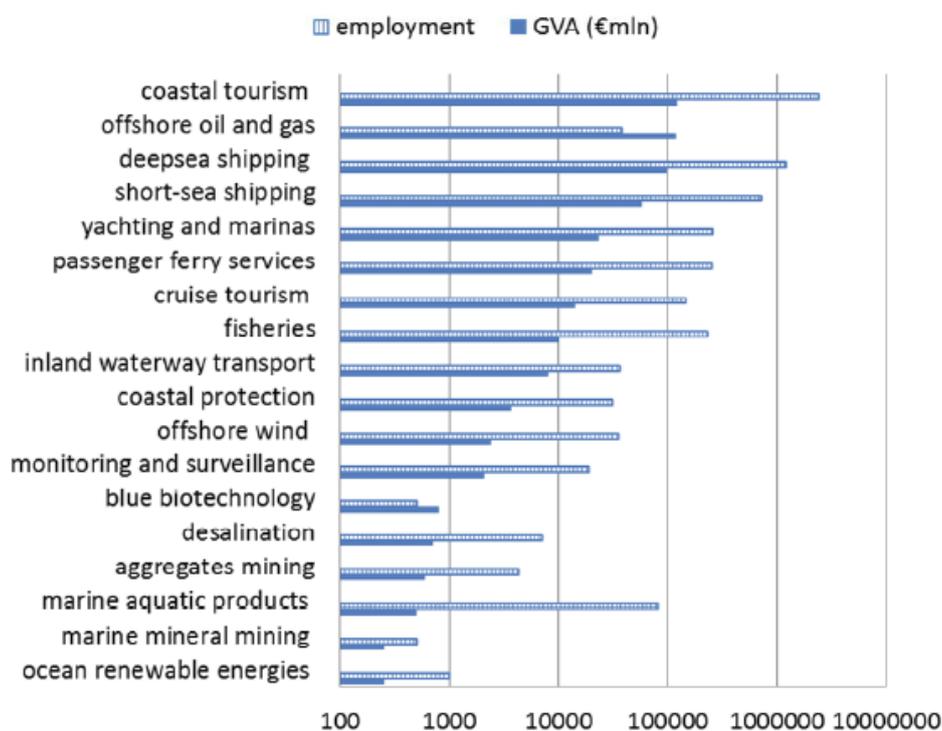


Fig. 1 - Emprego e dimensão económica das atividades marinhas e marítimas económicas

Fonte: EUROPEAN COMMISSION – Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions “Blue Growth – opportunities for marine and maritime sustainable growth”, COM(2012) 494 final, Brussels, 13.09.2012, p. 3.

energia a partir das renováveis até 2020. Simultaneamente, o desenvolvimento de energia oceânica renovável acarreta oportunidades para a indústria da construção naval na regeneração de portos, áreas periféricas e regiões mais extremas da UE. Este é o tipo de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo que se pretende para a Europa [8].

IV. Os progressos realizados no domínio da Política Marítima Integrada da União Europeia

Para garantir a conservação dos recursos marinhos, a Comissão Europeia aposta na criação de uma política marítima integrada – horizontal e intersetorial – que contemplará todos os aspetos do relacionamento com os mares e oceanos e cujos objetivos prioritários consistem em: maximizar a exploração sustentável dos mares e oceanos, sem colocar em causa o crescimento da economia marítima e das regiões costeiras; criar uma base de conhecimentos e de inovação; oferecer uma melhor qualidade de vida nas regiões costeiras e ultraperiféricas, em consonância com o desenvolvimento económico e o respeito pelo ambiente; e melhorar a visibilidade da Europa marítima e da imagem das atividades e profissões do setor [b].

Por outro lado, a UE visa promover a sua posição de liderança nos assuntos marítimos internacionais, pelo que uma política integrada contribuirá para melhorar a gestão internacional deste tipo de assuntos, bem como a concretização das prioridades da UE neste domínio com recurso a três instrumentos relevantes no quadro da elaboração comum das políticas marítimas [b], a saber:

- uma rede europeia de *vigilância marítima* (para garantir condições de segurança para

a utilização dos mares e para as fronteiras marítimas da UE);

- uma *gestão integrada* (terra e mar) *das zonas costeiras* (de modo a permitir a gestão do território marítimo, pois não obstante se tratar de um domínio da competência dos Estados-Membros, é crucial a existência de um compromisso a nível europeu);
- uma *fonte de dados e de informação completa e acessível* (no que se refere à atividade natural e às atividades humanas nos oceanos, no sentido de facilitar a tomada de decisões estratégicas na área da política marítima).

Desde a sua criação em 2007, sob a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, que a política marítima integrada procurou reforçar o desenvolvimento sustentável da economia marítima europeia e a proteção do meio marinho, facilitando a cooperação intersetorial e transfronteiriça entre todos os protagonistas neste setor [13] que permitisse “o intercâmbio de boas práticas e uma cooperação mais estreita entre Estados em áreas cruciais, como a que se relaciona com a protecção do ambiente marinho, a segurança e vigilância das zonas marítimas da Europa e a investigação marinha e marítima” [14, p. 13].

Após cinco anos, o contexto económico alterou-se e com a Estratégia Europa 2020, a UE procurou “reativar a economia europeia de forma a criar emprego, aumentar a competitividade e reforçar a coesão social” [13, p. 2].

Esta política marítima integrada representa uma importante ferramenta na esteira do cumprimento dos objetivos da *Estratégia Europa 2020* e a Presidência Cipriota do Conselho da UE estava disposta a contribuir e a cooperar com a Comissão Europeia neste rumo [c]. Neste sentido, esta Presidência procurou dar um novo impulso ao pilar marítimo da *Estratégia Europa 2020*, isto é, uma «*redinamização*», considerando como uma

das suas grandes prioridades devido ao elevado potencial de desenvolvimento económico do mar e das suas atividades, incluindo a necessidade de preservar o ambiente marinho [15].

Com efeito, no quadro da integração europeia, tal como refere Eduardo Lopes Rodrigues, apesar do poder político europeu priorizar a gestão das crises económicas, financeiras e sociais, a relevância económica como fonte do poder marítimo merece ser enfatizada, como uma política marítima integrada que se esforça para aproveitar o potencial do mar para gerar um crescimento inteligente e sustentável para o século XXI [4] enquanto *“platform of policies in sectors like industry, fisheries, regional development, external relations, transport, internal market, energy, employment, environment research and security”* [4, p. 36].

Através de um relatório adotado em 11 de setembro de 2012 [13], a Comissão Europeia fez um balanço dos progressos realizados na implementação da política marítima integrada europeia, enumerando as medidas que tomou para apoiar o crescimento marítimo sustentável.

Ao nível dos Estados-Membros são aplicadas *“cada vez mais abordagens coordenadas para desenvolver a economia marítima, através de estratégias nacionais (é o caso de França, Portugal e Alemanha) ou de iniciativas específicas (como a lei marítima do Reino Unido, a estratégia da Dinamarca para o mar ou a da Irlanda para a ciência). Em 2011, a Alemanha adotou também um plano de incentivo à sua economia marítima. Vários Estados-Membros (Chipre, França, Países Baixos e Polónia) instituíram uma coordenação interministerial ou cargos ministeriais para o efeito”* [13, p. 10].

No cenário mundial, os assuntos de foro marítimo tornaram-se cada vez mais recorrentes nas discussões com os parceiros

da UE (China, Rússia, Japão, Canadá e EUA) e o âmbito dos diálogos setoriais foi progressivamente alargado, conduzindo a uma cooperação mais geral sobre estes assuntos: *“A UE apelou a uma maior ambição nas resoluções sobre os oceanos, sobre o Direito do Mar e sobre a pesca sustentável, advogando a adesão generalizada a instrumentos de governação marítima (...). A UE insistiu também na necessidade de avançar nos domínios da proteção dos oceanos e mares e da governação marítima, aquando da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012”* [13, p. 11].

A visibilidade da identidade marítima da Europa e do seu potencial económico, bem como a sensibilização do público constitui um dos principais desejos da política marítima integrada, pelo que alguns exemplos da promoção dessa visibilidade assentam: na inclusão das iniciativas marítimas nos programas de trabalho estatístico do Eurostat; nas ferramentas interativas como o Fórum Marítimo [d] ou o Atlas Europeu dos Mares [e] que visaram facilitar o acesso a informações relacionadas com o mar, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre a Europa marítima; e no evento de sensibilização do público para o potencial da Europa marítima através da celebração do Dia Europeu do Mar em 20 de Maio [13, pp. 11-12].

Tal como o Presidente da Comissão Europeia discursou em 8 de outubro de 2012, no Encontro Informal Ministerial em Limassol: *“In 2007, to boost Europe’s maritime economy, I launched the Integrated Maritime Policy. In fact, already in 2004 I thought it would make sense to have one Commissioner fully dedicated to Maritime Policy and not only to Fisheries (...). I am also heartened to see that the ownership of the maritime policy by Member States is such, that we are now moving on to its second phase: Blue Growth”* [8, p. 2].

A Declaração de Limassol fez, por conseguinte, eco à Declaração de Lisboa, datada de 2007, que deu origem à política marítima integrada, sendo composta por dois pilares: por um lado o «Crescimento Azul» para contribuir para o crescimento económico da UE e desideratos da *Estratégia Europa 2020* e, por outro, a dimensão externa da política marítima integrada para a cooperação com os países vizinhos da UE que partilham as mesmas bacias marinhas [16].

V. O «Crescimento Azul» enquanto estratégia a longo prazo

O «Crescimento Azul» orientará uma segunda fase da política marítima integrada, representando uma estratégia a longo prazo para apoiar o crescimento no conjunto do setor marítimo com desideratos que se prendem com a identificação e a atribuição de uma resposta aos desafios (económicos, ambientais e sociais) que afetam todos os setores da economia marítima; a colocação em destaque das sinergias potenciais entre políticas setoriais; o estudo das interações entre as diferentes atividades e o seu impacto potencial no ambiente marinho e na biodiversidade; na identificação de áreas com elevado potencial de crescimento a longo prazo a apoiá-las através da eliminação dos obstáculos administrativos que dificultam o crescimento e da promoção do investimento na investigação e desenvolvimento, bem como da aquisição de competências através da educação e da formação [f].

Incide em atividades existentes, emergentes e potenciais como o transporte marítimo de curta distância; o turismo costeiro; a energia eólica *offshore*; a dessalinização e a utilização de recursos marinhos na indústria farmacêutica e dos cosméticos De acordo com

as palavras da Comissária Europeia, Maria Damanaki: “O crescimento azul implica a colaboração de todas as partes – das instituições e dos Estados-Membros às regiões e às PME – para responder aos desafios atuais e assegurar a utilização mais produtiva e sustentável dos recursos marítimos e costeiros” [10, p. 2].

Este crescimento deverá ter em consideração o principal objetivo da *Comunicação da Comissão Europeia*, adotada em 13 de setembro de 2012, sobre o «Crescimento Azul – oportunidades para o crescimento marinho e marítimo sustentável» [12] – fornecer aos decisores ao nível da UE uma análise completa, robusta e coerente de eventuais futuras opções estratégicas capazes de sustentar um crescimento “inteligente, durable et inclusive des océans, des mers et des côtes” [2, p. 5]. Nesta comunicação, a Comissão Europeia mostra indicações para os próximos anos relativamente ao crescimento económico e ao emprego nos domínios marinho e marítimo, de modo a que contribuam para o crescimento económico europeu.

Este documento, discutido na Conferência realizada em Limassol em 8 de outubro de 2012, representa o contributo da Política Marítima Integrada para a consecução dos objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da *Estratégia Europa 2020*. Teve por base um estudo realizado [1], a pedido da Comissão Europeia, que tece uma apreciação da situação dos diversos setores de atividade económica marítima (pesca e agricultura, indústria, construção naval, transportes, energia, atividades portuárias e outros serviços e atividades conexas), apresenta as características de inovação e os desenvolvimentos tecnológicos com influência nestes setores, identificando os principais fatores externos que influenciam o seu potencial. Identifica ainda os setores económicos-chave para o crescimento futuro sustentável dos oceanos, mares e das costas e

avalia o impacto das intervenções políticas suscetíveis de contribuir para desenvolver o potencial existente.

Através deste estudo, a Comissão Europeia traçou um panorama geral das capacidades económicas e de emprego dos setores marinho e marítimo na Europa, tendo também realizado, numa perspetiva realista, uma previsão do rumo de para onde se dirigem estes setores nos próximos anos e onde se encontra o seu potencial para a inovação e a criação de emprego [10].

Deste modo, o «Crescimento Azul» perfila-se como uma estratégia relevante para alcançar os objetivos da *Estratégia Europa 2020*. A crescente importância que atribui à economia relacionada com o mar completa-se com a Estratégia do Atlântico, proposta pela Comissão Europeia e lançada, oficialmente, em Lisboa em novembro de 2011 [17], e da qual se espera, em virtude do envolvimento e dos contributos dos governos e agentes interessados, que seja um plano capaz de explorar, de forma sustentável, as oportunidades que oferece esta área da esfera europeia que, até ao momento, não contou com um plano estratégico integrado para o seu desenvolvimento.

A *Estratégia do Atlântico, enquanto “subproduto da Política Marítima Europeia Integrada”, está “especificamente orientada para o conhecimento, proteção e exploração das potencialidades do Oceano Atlântico”* [17, p. 4] – o segundo maior oceano do Planeta, podendo ainda reforçar “as potencialidades de uma nova centralidade de Portugal, também, enquanto plataforma de ligação a outros Países da CPLP” (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) [3, p. 1].

VI. Conclusões e Reflexões

Em 8 de outubro de 2012, foi adotada, na Conferência Interministerial de Chipre sobre a

política marítima integrada, organizada pela Presidência Cipriota do Conselho da UE, uma nova *Agenda Comunitária para o Crescimento e o Emprego nos setores marinho e marítimo*. Esta agenda foi apresentada pela Declaração de Limassol com vista à adoção de um quadro dinâmico e coordenado dos assuntos marítimos rumo ao desenvolvimento da «Economia Azul» da UE. Neste sentido, esta Presidência procurou dar um novo impulso ao pilar marítimo da *Estratégia Europa 2020*, isto é, uma «redinamização» devido ao elevado potencial de desenvolvimento económico do mar e das suas atividades, incluindo a necessidade de preservar o ambiente marinho.

Para concretizar este potencial, é necessário remover os obstáculos ao crescimento e aplicar soluções inteligentes para promover novos setores. Através da promoção da investigação e inovação no setor marinho, do apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) inovadoras, da definição das qualificações necessárias e do incentivo aos produtos e soluções inovadores, a Europa poderá libertar o potencial de crescimento da sua «Economia Azul», protegendo, simultaneamente, a biodiversidade e o ambiente.

A Comissão Europeia, na sua Comunicação sobre o «Crescimento Azul – oportunidades para o crescimento marinho e marítimo sustentável» apresenta indicações promissoras para o crescimento económico e perspetivas de emprego no setor da economia marinha e marítima, de forma a apoiar a recuperação da economia europeia. Com efeito, estes setores económicos proporcionam emprego a 5,4 milhões de pessoas e contribuem para um valor acrescentado bruto total da ordem de 500 000 milhões de euros. Até 2020, estes valores deverão aumentar para 7 milhões de empregos e cerca de 600 000 milhões de euros, respetivamente.

Esta Comunicação inicia um processo que conferirá à «Economia Azul» um lugar de destaque na agenda dos Estados-Membros, das regiões, empresas e da sociedade civil. Descreve a forma como as políticas desses países e da UE apoiam já a «Economia Azul», identificando os cinco domínios com maior potencial de crescimento: i) Turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros; ii) Energia azul; iii) Recursos minerais marinhos; iv) Aquicultura e v) Biotecnologia azul.

Partindo desses cinco setores marítimos-alvo, a Comissão Europeia lançará várias iniciativas todas elas incluirão consultas aos Estados-Membros e aos principais interessados) com vista a explorar e desenvolver o potencial de crescimento nos domínios em causa e cada um deles será objeto de uma análise de impacto e de uma comunicação/estratégia particular.

Em síntese, o «Crescimento Azul» é a contribuição da política marítima integrada da UE para alcançar os objetivos da *Estratégia Europa 2020* em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. É também o resultado de iniciativas políticas anteriores: a Política Marítima Integrada da Comissão Europeia (2007), a Diretiva-Quadro «Estratégia Marinha» (2008) e os programas comunitários de incentivo à investigação e inovação marítima e marinha.

Urge, por isso, no futuro contemplar o potencial marítimo da Europa com confiança, como uma categoria de soft power, e uma agenda dinâmica visto que a UE tem uma experiência marítima única, liderança e recursos. A sua costa é quatro vezes superior à dos Estados Unidos da América e duas vezes a da Rússia. Neste contexto, o «Crescimento Azul» orientará uma segunda fase da política marítima integrada, que visa instaurar uma economia marítima saudável

que proporcione inovação, crescimento e sustentabilidade aos cidadãos europeus.

Espera-se, assim, que este artigo, enquanto um dos outcomes da investigação na área da «Economia do Mar», represente um contributo positivo para a prossecução do estudo vanguardista dos assuntos sobre o mar na UE.

Referências e Bibliografia

- [1] BLUE GROWTH STUDY – Scenarios and drivers for Sustainable Growth from the Oceans, Seas and Coasts, Ecorys em parceria com Deltares e Océanique Développement, agosto de 2012, disponível em: <https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum> [consult. em 24.11.2012].
- [2] EUROPOLITIQUE - Le quotidien des affaires européennes, N.º 4483 «Politique Maritime – La Commission veut développer le potentiel économique de la mer», Europe Information Service S.A. (EIS), Bruxelas, 11.09.2012, p. 5.
- [3] LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2012), Nota Editorial, Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 3, Lisboa: Instituto de Estudos Políticos (IEP) – Universidade Católica Portuguesa (UCP), julho, pp. 1-2.
- [4] LOPES RODRIGUES, Eduardo Raúl (2011), «The Economic Relevance as Source of Maritime Power in the European Integration Framework», Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 1, Lisboa: IEP – UCP, novembro, pp. 35-36.
- [5] CYPRUS PRESIDENCY OF THE COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION – Declaration of the European Ministers responsible for the Integrated Maritime

Policy and the European Commission, on a Marine and Maritime Agenda for growth and jobs the “Limassol Declaration”, Informal Ministerial Meeting in Nicosia, 07.10.2012.

- [6] Na sequência da realização da tertúlia subordinada à temática “A Aquacultura e a nova Política Comum de Pescas” ocorrida em Lisboa (na livraria Ler Devagar – LX Factory), no dia 29 de novembro de 2012, são de destacar algumas ideias-chave das intervenções que lá tiveram lugar relativamente ao setor da Aquicultura.

Segundo dados de 2010, a produção europeia de pescado foi de 6 milhões de toneladas, das quais 1,3 milhões foi resultante da aquicultura, representando um contributo na ordem dos 20%. No caso português, das 230 mil toneladas de produção nacional de pescado, 220 mil foram provenientes da pesca e oito mil da aquicultura, correspondendo a um contributo de 3% para a produção nacional de pescado, o que indicia ainda a existência de uma margem significativa para crescimento, em Portugal, neste setor cuja distribuição geográfica se centra sobretudo na região do Algarve, seguida da zona Centro do país [intervenção de Ana Rita Veiga (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos – DGRM)].

Este setor revela, assim, potencial de crescimento porque a proteína de peixe é importante, para além de ser necessário também satisfazer a procura por parte dos países emergentes. Na produção em Portugal, devido à temperatura da água, as espécies mais adequadas são a truta, os bivalves (ameijoas e ostras) e peixes planos (pregado e linguado) [intervenção de

Carlos Henriques (Associação Portuguesa de Aquicultores – APA)].

Não obstante este potencial – aumento do consumo de peixe apesar das suas importações não terem crescido – a sua concretização é difícil, na medida em que a visão estratégica da UE assenta em proporcionar aos cidadãos europeus um consumo de pescado estável, seguro, saudável e produzido de uma forma sustentável [intervenção de Jorge Dias (Universidade do Algarve)]. Perante as dificuldades relacionadas com o investimento e o processo de licenciamento (por exemplo, os limitados prazos de concessão e as obrigações legais a que os investidores estão sujeitos após o licenciamento), o futuro poderá passar pela inovação e diversificação, com a necessidade de recorrer a soluções de compromisso que protejam o ambiente sem comprometer o futuro das gerações vindouras).

- [7] REIS, Pedro (2012), «Um mar de oportunidades», Cluster do Mar – O Mar como um novo desígnio nacional, Lisboa, julho-agosto, pp. 31-32.
- [8] EUROPEAN COMMISSION – Speech by President Barroso: “A strong maritime pillar for the Europe 2020 strategy”, Informal Ministerial Meeting in Nicosia, 08.10.2012.
- [9] COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa “Adotada nova agenda marítima para o crescimento e o emprego”, Bruxelas, 8 de outubro de 2012;
- [10] COMISSÃO EUROPEIA – Comunicado de Imprensa “Crescimento Azul: Comissão apresenta as perspetivas para o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo”, Bruxelas, 13 de setembro de 2012.

- [11] Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de junho de 2008 que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho (Directiva-Quadro «Estratégia Marinha»).
- [12] EUROPEAN COMMISSION – Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions “Blue Growth – opportunities for marine and maritime sustainable growth”, COM(2012) 494 final, Brussels, 13.09.2012.
- [13] COMISSÃO EUROPEIA – Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões “Evolução da política marítima integrada da União Europeia”, COM(2012) 491 final, Bruxelas, 11.09.2012.
- [14] COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões “Orientações para uma abordagem integrada da política marítima: rumo a melhores práticas de governação marítima integrada e de consulta das partes interessadas”, COM(2008) 395 final, Bruxelas, 26 de junho de 2008.
- [15] EUROPOLITIQUE - Le quotidien des affaires européennes, Supplément au N.º 4464 «Présidence chypriote – Politique Maritime | Une nouvelle impulsion à la politique maritime intégrée», Europe Information Service S.A. (EIS), Bruxelas, 13.07.2012, p. 20.
- [16] BULLETIN QUOTIDIEN EUROPE 10704 – 06/10/2012 – Direção Geral dos Assuntos Comunitários – Lisboa.
- [17] TEIXEIRA, Maria Fernandes (2012), «Estratégia do Atlântico: desafios e oportunidades», Maria Scientia – Revista Científica Electrónica | Scientific e-Journal, N.º 2, Lisboa: IEP – UCP, março, pp. 3-13.

Webgrafia

[a] Europa 2020 – A estratégia europeia para o crescimento - Comissão Europeia

http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm

[b] Europa > Sínteses de legislação da UE > Assuntos Marítimos e Pesca

http://europa.eu/legislation_summaries/maritime_affairs_and_fisheries/index_pt.htm

[c] Cyprus Presidency of the Council of the European Union

<http://www.cy2012.eu/en/page/integrated-maritime-policy>

[d] European Commission > Maritime Affairs > Maritime Forum

<https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/>

[e] Comissão Europeia > Assuntos Marítimos > Atlas Europeu dos Mares

http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/atlas/index_pt.htm

[f] Comissão Europeia > Assuntos Marítimos

http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/index_pt.htm

[» voltar ao Sumário](#)